

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO -
DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO NORDESTE**

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. JOÃO H. CAMPOS)

Requer informações ao Comando da Marinha do Brasil sobre ações e processos relacionados ao derramamento de óleo que atingiu o Nordeste e os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro a partir do final de agosto de 2019.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e dos arts. 35 e 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja enviado ofício ao Comando da Marinha do Brasil, requerendo as seguintes informações sobre ações e processos relacionados ao derramamento de óleo que atingiu o Nordeste e os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro a partir do final de agosto de 2019, com prazo de resposta de 10 (dez) dias e atualizações quinzenais:

- 1. Lista das ações realizadas pela equipe da Marinha em relação ao derramamento de óleo, desde a primeira atuação, por estado da Federação, incluindo quantitativo de equipe, duração das ações, custos e resultados obtidos;**
- 2. Quais foram, detalhadamente, as ações delegadas à Marinha pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), na condição de Autoridade Nacional do Plano Nacional de Contingência (PNC)? Solicita-se cópia de todos os atos administrativos nesse sentido.**

3. Responder: há planejamento de encerramento da atuação da Marinha na região afetada? Se a resposta for positiva, qual é a previsão de encerramento e a justificativa para tanto?
4. Cópia integral de todos os processos e documentos administrativos referentes ao derramamento de óleo, incluindo os de acesso restrito ou sigilosos, em especial o processo que investiga a origem do derramamento do óleo;
5. Cópia integral de todos os processos e documentos administrativos que envolvam a empresa HEX, incluindo os de acesso restrito ou sigilosos;
6. Cópia integral de todos os processos administrativos, incluindo os de acesso restrito ou sigilosos, que contemplem respostas da Marinha ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal ou à Polícia Federal referentes ao derramamento de óleo que atingiu o Nordeste e os estados do Espírito Santos e Rio de Janeiro;
7. Cópia integral de todos os documentos encaminhados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) à Marinha, desde 26/08/2019, referentes ao derramamento de óleo que atingiu o Nordeste e os estados do Espírito Santos e Rio de Janeiro, incluindo os de acesso restrito ou sigilosos;
8. Cópia integral de todos os documentos encaminhados pela Marinha ao MMA, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), aos governos estaduais e municipais, desde 26/08/2019, referentes ao derramamento de óleo que

atingiu o Nordeste e os estados do Espírito Santos e Rio de Janeiro, incluindo os de acesso restrito ou sigilosos.

JUSTIFICAÇÃO

Desde os últimos dias de agosto, praias do Nordeste brasileiro e recentemente do Sudeste vêm sofrendo com a poluição causada por manchas de petróleo de origem ainda desconhecida. Essas manchas já atingiram os 9 estados do Nordeste e 2 no Sudeste e essa já considerada a maior tragédia ambiental no país por derramamento de óleo.

A mancha de óleo se espalhou por praias e mangues da costa nordeste e já chegou a áreas marinhas protegidas como o Parque Nacional de Abrolhos, um dos principais bancos de corais e berços de biodiversidade marinha do Atlântico Sul. Por todo o litoral, há relatos de animais marinhos mortos por contaminação pelo petróleo. Todo o ecossistema marinho foi afetado de forma direta, incluindo peixes, tartarugas, baleias, frutos do mar, corais, aves e mamíferos aquáticos. A economia, com base no turismo das praias, já está sofrendo forte impacto, com consequências especialmente graves para a população que vive da pesca e coleta de frutos do mar.

Sabe-se que a Marinha do Brasil tem papel importante no grupo governamental que vem atuando para o enfrentamento desse desastre. Por isso, é fundamental que a CPI tenha informações completas sobre as ações da Marinha, processos administrativos sobre o tema e outras, listadas neste requerimento. Pelo exposto, solicito apoio dos nobres Pares para aprovação deste importante requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado JOÃO H. CAMPOS